

**REDES POLÍTICAS TERRITORIAIS EM QUESTÃO:  
PERSPECTIVAS NOS ATORES E NAS REDES  
EM TENSÃO NO ESPAÇO AGRÁRIO DO BAIXO  
JAGUARIBE CEARENSE**

**NETWORKS TERRITORIAL POLICIES IN QUESTION:  
PERSPECTIVES ON THE ACTORS AND NETWORKS  
IN TENSION IN AN AGRARIAN LANDSCAPE OF THE  
BAIXO JAGUARIBE CEARENSE**

**REDES POLÍTICAS TERRITORIALES EN CUESTIÓN:  
LAS PERSPECTIVAS DE LOS ACTORES Y LÁS REDES  
DE LA TENSIÓN EN UN PAISAJE AGRARIO DEL  
BAIXO JAGUARIBE CEARENSE**

SAULO BARROS DA COSTA

Seção Local Recife e Universidade Federal Fluminense

sauloungido@gmail.com

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo contribuir no processo de desvelar as redes políticas territoriais do Baixo Jaguaribe cearense, seus movimentos de hegemonia e “contra-hegemonia” pertencentes especificamente ao território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí. As redes em questão são geradas por ações dos atores envolvidos, em função dos agenciamentos, culminando em novos (re)ordenamentos da estrutura da política territorial. Neste percurso, temos um arranjo espacial da região em conflitos, resistências e tensões, diante das estruturas territoriais hegemônicas do agronegócio fruticultor. Sendo assim, um amplo questionamento se estabelece sobre que tipo de ordenamento territorial é proposto para a região, diante da expansão do agronegócio e confinamento territorial dos agricultores resistentes.

**Palavras-chave:** Redes políticas territoriais; hegemonia; resistência; ordenamento territorial; agronegócio

**Abstract:** This article aims to contribute to the process of uncovering the territorial political networks of the Baixo Jaguaribe cearense, movements of hegemony and “counter-hegemony” that belong specifically to the territory of the Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. The networks in question are generated by actions of the actors involved, in terms of funding, culminating in new (re) orders the structure of territorial politics. In this way, we have a spatial arrangement of the region in conflict, and stress resistance in the face of hegemonic territorial structures of agribusiness grower. Thus, a broad questioning settles on what type of land use is proposed for the region due to the expansion of agribusiness and resistant containment of local farmers.

**Keywords:** Networks territorial policies; hegemony; resistance; spatial planning; agribusiness

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo contribuir al proceso de descubrimiento de las redes políticas territoriales de Baixo Jaguaribe cearense, los movimientos de la hegemonía y la “contra-hegemonía” que pertenecen específicamente al territorio el Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Las redes en cuestión son generados por las acciones de los actores involucrados, en financiación de los agenciamentos, que culminó en la nuevos (re) ordenamientos de la estructura de la política territorial. De esta manera, tenemos una disposición espacial de la región en conflicto, y la resistencia a la tensión en la cara las estructuras territoriales con el conflicto del agroindustria de frutas. Por lo tanto, un cuestionamiento amplio se asienta sobre el tipo de uso del suelo se propone para la región debido a la expansión de la agroindustria y la contención de los agricultores de resistencia local.

**Palabras-clave:** Redes políticas territoriales; la hegemonía, la resistência; orden territorial; agroindustria

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

Rede política territorial descreve um conceito metodológico que várias ciências – como a Geografia – têm lançado mão para estudos complexos, diante da múltipla variação dos eventos no espaço geográfico. O debate passa por algumas vertentes - como a agrária, a ambiental -, mas em sua abordagem, dedicamos aqui atenção para o político, como elemento problematizador de relações, envolvimento, interesses e motivações das dinâmicas espaciais.

Autores como Lacoste (1988), Moreira (2008), Morin (1999), Lima (2005, 2010), Silva (2010), Sousa Santos (1987, 2004) e Haesbaert (2004, 2010) contri-

buem para aprofundar a relevância da produção do conhecimento, dentro da complexidade que a Geografia possui em sua formulação científica. Os “cheios e vazios” que autores como Brunhes de forma clássica nos apresenta, revela alguns patamares da sociedade e de sua espacialidade, com uma “roupagem” - assim podemos dizer - de acontecimentos que são ora dialógicos ora dialéticos. Falamos dos ordenamentos/desordenamentos que possibilitam a dinamicidade da ciência.

Neste caminho de produção de conhecimento, o pensamento complexo se torna referência e ponto de encontro de questionamentos e percepções na Geografia, ou seja, como nas palavras de Lima (2010:202), é a

“(...) busca por conexões, vínculos, diálogos entre idéias, conceitos, saberes, conhecimentos. É, à medida em que as redes explicitam-se como a linguagem dos vínculos, das conexões e das ligações, entrevê-se como bastante oportuna o estreitamento entre as redes e paradigma da complexidade.”

O ponto que queremos ressaltar nessa busca é a valorização de outros elementos desta diversidade, além dos abordados por Lima (2005), Nascimento (2010) e Silva (2010), como o papel que os atores sociais desenvolvem dentro dessa abordagem teórico metodológica. As conexões e vínculos existentes nessas redes políticas são os agenciamentos, a influência dos objetos<sup>1</sup> e a contra-hegemonia, estabelecida diante das diversas representações geográficas (LACOSTE, 1988).

Freitas (2010) e Brunhes (1962) adentram na temática complexa ao descreverem arranjos espaciais que possuem redes internas de sustentação do território. O fator que possibilita este formato é a fluidez, tanto de informações, quanto dos elementos essenciais, como interesses políticos, econômicos e sociais. Essa fluidez traz o caráter constitutivo do território, tanto para os agenciamentos quanto para os novos ordenamentos.

A vivência das redes no semiárido, objeto do nosso estudo, é marcada por uma constante política titulada de melhorias, como forma de fluidez para este território. Mas, segundo Taylor (1994:317), na “política de partido associada com grupos de interés que apoyam y financian el partido y las políticas aplicadas em favor de dichos grupos” é notória a finalidade da política ali empregada em redes, direcionadas para uma minoria hegemônica, que historicamente se

-----  
1 Para este momento teórico conceitual, ver Latour (2007) *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*.

estabeleceu na região e conduz a aplicação de recursos públicos. Neste cenário, a rede possui um caminho, um fluxo determinado e uma concretude espacial na realidade nordestina.

O território, que descreve o espaço das práticas sociais e políticas, se expressa como base de agenciamentos, interesses, conflitos, estratégias e resistências (SILVA e SANTOS, 2011), revelando as ações socioespaciais. Assim, essa trama de qualidades frutifica do entendimento de rede e território, que segundo Haesbaert (2003:20), decorre da

“(...) *fluides* crescente nos/dos espaços e à dominância do elemento rede na *constituição de territórios*, conectando suas parcelas descontínuas, temos o fortalecimento não mais de um mosaico padrão de unidades territoriais em área, vistas muitas vezes de maneira exclusiva entre si e às quais se denominam territórios-zona, mas uma miríade de ‘*territórios-rede*’, marcada pela descontinuidade e pela fragmentação (articulada) que possibilita a passagem constante de um território a outro, num jogo que se denominará aqui, muito mais do que de desterritorialização ou de declínio dos territórios, da sua ‘explosão’ ou, em termos mais consistentes, de uma ‘multiterritorialidade’” (grifos nosso).

É justamente pela multiplicidade de conexões encontradas no espaço geográfico que o território assume a condição de território-rede (HAESBAERT, *op. cit.*), definido [tanto a rede, o território, quanto o território-rede] segundo as relações de poder ali existentes. Desta maneira, a configuração e delimitação do território-rede nos permite a explicitação da trama dos atores.

O objetivo deste ensaio é desvelar as redes políticas territoriais do Baixo Jaguaribe, e ainda seus movimentos de hegemonia e contra-hegemonia pertencentes especificamente ao território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi - segundo a ação dos atores, seus modos de vida e agenciamentos em questão (SCHMITT, 2001) -, que objetivam novos (re)ordenamentos na estrutura das políticas territoriais. Para isso analisaremos duas redes<sup>2</sup> bem marcantes neste espaço: a rede de grandes Empresas do agronegócio fruticultor e a rede da comunidade do Tomé, localizada na Chapada do Apodi, em meio a áreas agricultáveis do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

-----  
2 Cabe comentarmos que a limitação na explicitação destas duas redes se dá pela atualidade do debate e dos efeitos espaciais destas redes.

### Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (CE) em redes políticas

O Baixo Jaguaribe cearense é campo de grandes investimentos locais, regionais e nacionais com uma grande dinâmica econômica e agrícola. Razões fisiográficas chamam a atenção de diversos segmentos sociais e econômicos para um melhor “aproveitamento” das reservas naturais, ligadas a qualidade do solo e abundância hídrica.

Dentro da realidade e concepção do sertão cearense, as relações entorno da agricultura tiveram grande relevância, segundo dilemas pautados na técnica e re-significação na estrutura social, sinalizando para *redes de desenvolvimento*, uma vez que

“Associa-se muito mais às relações de produção e de organização do espaço, em especial às condições sociais e técnicas da estrutura agrária, que se caracterizam, principalmente, por uma estrutura fundiária concentrada, uma base técnica rudimentar e uma oligarquia agrária resistente às mudanças, determinantes para as relações de trabalho e os regimes de exploração do solo predominantes.” (LIMA, 2001).

A fruticultura, agora baseada em modelos tecnológicos de irrigação, se configura como grande agregador de recursos. Após a implantação do Perímetro Irrigado por parte do DNOCS na segunda metade do século XX e recente expansão no século XXI, novos territórios repletos da produção frutícola foram criados, atendendo a uma demanda econômica local e global, destoando do tradicionalismo imaginário sobre o sertão nordestino (CATRO, 2001). Dentre tantos efeitos sobre o território do Baixo Jaguaribe, resultantes de inúmeras fontes e intenções, o Perímetro é inventado e re-inventado a partir de uma maior presença de inovações tecnológicas, produzindo exclusão e desapropriação por uma parte e hegemonia, verticalidade, consolidação de alguns atores por outra. A trama política existe entre grandes produtores, pequenos produtores e poder público configura esta organização do território do Baixo Jaguaribe cearense, a partir da inovação tecnológica.

A modernização da agricultura que alcança o Nordeste brasileiro reflete por um lado um esforço em direção ao “combate à seca e aos seus efeitos” (SILVA, 2006) e em outra abordagem o discurso da convivência com o semi-árido (ANDRADE, 2007). Pós década de 1960, este discurso de modernidade para o Nordeste se transformou em política pública em várias escalas, com ações do Governo Federal – através da SUDENE e DNOCS –, grupo de em-

presários cearenses e articulações locais (FREITAS, 2010).

Como fonte de grande investimento no bojo da modernização, a inovação tecnológica é descrita como a saída para se chegar neste novo patamar, trazendo outra racionalidade para o sertanejo e mudanças no padrão tecnológico dos agricultores. Diante de todas as mudanças no semiárido após 1970, tanto de processos sociais quanto ecológicos, chegamos aos efeitos desencadeados por conta do avanço das redes dominantes de áreas mecanizadas e a maior estrutura para a produção de fruticultura.

Diante da nossa passagem histórica descrita, o Baixo Jaguaribe é território de redes, que modificam suas estratégias a medida que o objetivo maior necessite: uso dos recursos naturais em meio as resistências e reivindicação vinda de comunidades de agricultores e atores engajados na luta pela terra.

Para nosso enveredamento teórico-metodológico, adotamos a definição de Silva e Santos (2011, *no prelo*) sobre redes políticas territoriais, que diz:

“Rede Política Territorial é uma arena de atores-redes que promovem vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, requalificando-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências que se desvelam no âmbito dos fluxos de comando e decisões entre os atores; nas tramas que envolvem os recursos de poder de que eles dispõem; ou nas resistências sociais que emergem e promovem redes políticas. Na rede todos trocam recursos de poder e projetam impactos socioespaciais e são afetados pelas territorialidades preexistentes”.

Como veremos a seguir, as dinâmicas no espaço agrário cearense descrevem esta realidade diante de um evento territorial marcante: a construção e difusão de redes políticas territoriais contra hegemônicas frente a expansão do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí no sertão cearense, que produz o que delimitamos também como contensão territorial (HAESBAERT, 2009, 2010).

## **ATORES HEGEMÔNICOS E TECNOLOGIA: PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO BAIXO JAGUARIBE**

A formulação da rede hegemônica em questão é desvelada na presença e nas alianças básicas de três atores<sup>3</sup>, possuindo a seguinte estrutura: Empresas

-----  
3 A realidade e complexidade do Baixo Jaguaribe descrevem a presença de mais atores, mas estrategicamente escolhemos estes três por descrevem bem outros movimentos que se dão em outras escalas na região.

como *Del Monte Fresh Produce* e *Fruta Cor*, no controle do mercado de frutas da região e os Centros Tecnológicos<sup>4</sup>, que alimentam os outros dois atores com trunfos de poder a partir do uso de tecnologias produzidas e direcionadas para sua produção; e ao mesmo tempo os Centros Tecnológicos reafirmam a sua função de comprometimento com o desenvolvimento local, regional e nacional.

Um dos primeiros elementos presentes no processo de efetivação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi foram os Centros Tecnológicos. O papel da educação técnica e pesquisa científica foram propiciar um grande avanço para o modelo de irrigação em questão e que, ao mesmo tempo, atendesse a demanda econômica e de mercado, gerando uma população técnica e cientificamente qualificada na região. Este movimento se deu com a atenção para a chegada no fim da década de 1980 de grandes Empresas multinacionais, como a *Del Monte Fresh Produce* e ganho de mercado por Empresas regionais, exemplo da *Fruta Cor*.

Data do início do século XX a criação dos centros de pesquisa no Estado. Já aqueles que diretamente lidam com as inovações na agricultura, só institucionalmente se estabeleceram em 1954, com a criação da Universidade Federal do Ceará – UFC, consideradas tardiamente, quando comparadas com outros centros de referência nacional (COSTA, 2008, 2009a, 2009b). Especificamente voltado para fruticultura irrigada, em 1987 foi criada a Embrapa Agroindústria Tropical, que uniu as ações políticas e interesses de: empresários locais e regionais, cientistas e profissionais do ramo e governo local, com o objetivo comum da consolidação da modernização agrícola no Estado e mudança do paradigma de áreas compreendidas dentro da delimitação do sertão nacional<sup>5</sup>.

Com a presença de centros de ensino e formação profissional, as Empresas em constante ocupação no mercado da fruticultura irrigada puderem ter ao seu dispor locais de adaptação dos seus pacotes tecnológicos, descrevendo a aliança entre o interesse público e privado. As alianças em sua maioria dizem respeito a experimentos genéticos e análise de mercado e produtividade, como descreve Freitas (2010:121) onde

-----  
4 A definição de Centro Tecnológico da região não se restringe aos Centros Tecnológicos *strictu senso*, como os IFTEs (Institutos Federais Tecnológicos), mas neste caso engloba as Universidades e seus centros de pesquisa, laboratórios e Grupos de Pesquisa.

5 Segundo a nova área de delimitação semiárida, (Ministério de Integração Nacional, 2005:34), o sertão cearense corresponde a 12,9% da região semiárida nacional e 86,8% da área total do Estado do Ceará.

“O processo produtivo da Fruta Cor é bastante explicativo, pois possui toda tecnificação necessária para manter a alta produtividade da empresa. Mantém parcerias de pesquisa com a EMBRAPA, Universidade Federal do Ceará (UFC) e institutos, que fazem a clonagem da planta (bananeira) em laboratório, para a empresa. As mudas são retiradas dos filhos das bananeiras (matrizes) mais produtivas, saudáveis, bem apresentáveis, e são encaminhadas para o laboratório (principalmente da EMBRAPA) que faz a clonagem da muda (...).”

As modificações no espaço agrário do Nordeste nacional, especificamente as que dizem respeito ao bioma caatinga, possibilitaram diversos arranjos (BRUNHES, 1962; LACOSTE, 1988) políticos, inclusive aqueles que descrevem a significância da natureza como auto-explicativa para os dilemas socioespaciais (CASTRO, 2001:103). Neste caminho que muitos recursos foram efetivados a região, com objetivo de modificar este legado histórico de não desenvolvimento. Oportunamente, várias Empresas migraram para o Baixo Jaguaribe, objetivando alcançar êxito nessa mudança de paradigma político e socioeconômico, trazendo um ar de messianismo, uma vez que, conforme nos descreve Castro, valores simbólicos foram associados a tal movimento.

Podemos pautar dois momentos pós a chegada das Empresas na região: um diretamente ligado as alianças que poder público local e nacional (DNOCS e SUDENE, especificamente) puderam propiciar em nível de demarcação de terras e áreas agricultáveis e outro, que data da década de 1990, ligado diretamente a construção de verdadeiros centros de tecnologia dentro de suas propriedades, vinculados a Centros de Tecnologia e produção de conhecimento.

Ao mesmo tempo, em estudo realizado em 2009 (COSTA, 2009b), observou-se a tese que a aliança em relação ao espaço de produção territorial do conhecimento é unilateral, ou seja, as Empresas disponibilizam seus espaços para produção e experimentação nos Centros Tecnológicos da região, com objetivo próprio de desenvolvimento tecnológico que possa diretamente ser utilizada no processo produtivo. Estes mesmo Centros, ao desenvolverem pesquisa autônoma, não empregam tais resultados na região, em que os maiores receptores são Empresas de outras locais do país (como o envolvimento desenvolvido pela Embrapa Agroindústria Tropical<sup>6</sup>, e Empresas do Rio Grande do Norte [Associação dos Produtores e Exportadores de Frutas Tropicais do Nordeste,

-----  
6 A Embrapa Agroindústria Tropical foi criada em 1987, com objetivo de desenvolver tecnologias que sustentasse pesquisas para problemas ligadas ao cultivo do caju. Em 1993, adotou demandas ligadas diretamente ao agronegócio de frutas e sua cadeia produtiva e criação e implementação de P&D.

Finobrasa Agroindustrial S.A. e Fazenda São João]).

Segundo o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), existem 31 Empresas que desenvolvem algum tipo de atividade junto a grupos de pesquisa do Estado, conforme a tabela que segue. Um baixo relacionamento entre Grupos de Pesquisa e Empresas foi constatado, uma vez que utilização da produção científica local não possui expressiva relevância. A grande parcela das Empresas ainda importa tecnologia de outras regiões do globo com alto índice de desenvolvimento tecnológico (como Emirados Árabes e Costa Rica), e os Centros de Pesquisa se responsabilizam no estágio final de adaptação<sup>7</sup>. Afunilando mais a nossa análise, dentre as áreas do conhecimento das Ciências Agrárias, a Agronomia possui a maior participação junto a estas Empresas. Vale revelar que 58% destas Empresas são ligadas a ações diretas ao Agronegócio da região, como *Embrapa Agroindústria Tropical* e *Esplar*.

<b>Quantidade de grupos de pesquisa e Empresas na grande área e subáreas do conhecimento de Ciências Agrárias, Ceará, CNPq, 2008</b>				
<b>Sub-área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>	<b>Grupos de Pesquisa</b>	<b>Grupos de Pesquisa com relacionamento</b>	<b>Unidade do Setor Produtivo</b>
<b>Agronomia</b>	Embrapa	4	1	1
	UECE	1	-	-
	UFC	10	4	7
<b>Ciência e Tecnologia de Alimentos</b>	Embrapa	4	2	8
	UECE	4	-	-
	UFC	1	-	-
<b>Engenharia Agrícola</b>	UFC	1	-	-
<b>Medicina Veterinária</b>	UECE	9	3	4
	UFC	2	-	-
<b>Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca</b>	UECE	1	-	-
	UFC	9	4	7
<b>Zootecnia</b>	Embrapa	1	1	3
	UECE	1	-	-
	UFC	3	-	-
	UVA-CE	2	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>53</b>	<b>16</b>	<b>31</b>

Fonte: Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa, Censo 2008, CNPq 2010.

Fica claro, expressado em uma *sub-rede* política [hegemônica] do Baixo Jaguaribe, o processo de modernização do espaço agrário. A composição é baseada em incremento tecnológico como trunfo de poder destes atores, uma vez que conseguem alianças constantes para desenvolver e perpetuar sua atuação e, além do mais, um constante processo de dependência tecnológica dentro da

7 Dentro do processo de produção de inovação tecnológica, a diferença é que alguns centros de P&D's "adaptarem" a realidade local a demanda da Empresa, enquanto outras de fato inovam, caracterizando a produção de inovação tecnológica "radical" (COSTA, 2009b).

própria rede, possuindo um alto poder de conhecimento sobre os dilemas e questões tão refletido pelos produtores rurais. Assim, ter hegemonia no Baixo Jaguaribe é unir tanto um arranjo educacional quanto técnico em suas ações políticas territoriais.

Certamente um dos grandes reflexos das alianças e parcerias desta rede política territorial são as mudanças na paisagem e nas relações de trabalho dos agricultores, uma vez que o agronegócio da fruticultura potencializa a homogeneidade da paisagem, diminui as formas agricultáveis e progressivamente maximiza as formas e usos do solo, como visto no presente embate na cidade de Limoeiro do Norte, os fóruns contra os agrotóxicos.

## **REDES POLÍTICAS TERRITORIAIS CONTRA HEGEMÔNICA**

Ao abordarmos redes políticas territorial em “contra-hegemonia”, passamos por vários conceitos para embasamento de nossa estrutura de pensamento. Segundo Börzel (2008 *apud* LIMA, 2010:210), uma “variedade de conceitos e aplicações ‘babélicas’ a respeito de redes políticas pode ser encontrada na literatura”, podendo assumir feições na sua aplicação epistêmica, segundo a sua rede de conceitos interligados (HAESBAERT, 2003, 2010). Assim, segundo Lima (2005:123), rede política territorial é

“a *estratégia* de coordenação dos *fluxos de comandos e decisões*, capaz de formar uma *arena política* e de lhe conferir visibilidade, requalificando um dado território. Este tipo de rede se forma a partir da dinâmica territorial, retroagindo com esta última” (grifos nosso).

A estrutura territorial em questão neste texto descreve modelagens, formatos e “ordenamentos” segundo o arranjo espacial e social empreendido. Historicamente o Baixo Jaguaribe cearense é determinado e modificado rapidamente com as novas relações estabelecidas entre os atores (tanto de esfera local quanto aqueles de esfera regional e nacional). Destarte, novos “(des)ordenamentos” são estabelecidos.

Embates territoriais pelo uso da terra, da água e dos recursos públicos são alguns exemplos que recheiam o debate no perímetro irrigado localizado na Chapada do Apodi cearense, contendo área de 2.421,8 km<sup>2</sup> (FREITAS, 2010). Nesta vasta área, a comunidade do Tomé, localizada entre os municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte, a 205 km de Fortaleza, recebe nossa atenção por

conta dos atores envolvidos na formação de redes políticas territoriais contra hegemônicas.

Antonio Gramsci (2002), através do conceito de “Revolução Passiva”, nos ajuda a entender o processo de mobilização e atuação dos atores diante dos contextos sociais, “(...) sem necessariamente tenha que existir rupturas glamorosas, com rearranjos entre as classes dominantes, promovendo uma conciliação entre as frações, em ‘revolução sem revolução’” (RAMOS FILHO, 2010). Deste pensamento, juntamente com Ramos Filho (*op. cit.*), acrescentando em Oliveira (2010), Silva (2010), Nascimento (2010) e Lima (2010), compreendemos a contra-hegemonia como reflexo do movimento de mobilização dos atores, diante das relações de poder estabelecida, a fim de ocupar novos espaços e/ou espaços já alicerçados, que resultem assim da postura discordante diante dos eventos colocados. A efetivação da contra-hegemonia é um dos caminhos de atuação dos atores frente às redes territoriais estabelecidas, e, em especial, que usufruem de territórios outrora consolidados e dinâmicos – queremos dizer com outra racionalidades territorial, cultural, econômica e ideológica –, que foram por razões não palpáveis transformados e (re)(des)ordenados.

A *rede política territoriais contra hegemônica* no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi objetivam retomar alguns espaços/redes ocupados pelas atividades econômicas dominantes, a partir dos agenciamentos dos atores em busca de novos meios de comercialização, produção e empoderamento produtivo e ecológico.

Concomitante às redes políticas territoriais contra hegemônicas, o agronegócio no espaço agrário cearense é do tipo “exportação”, com grande expressão junto aos pólos de Petrolina-PE e Açu-RN. Junto com os grandes percentuais de exportação, estão também os de uso de agrotóxicos. Segundo dados do Censo Agropecuário (2006), o Estado do Ceará ocupa a primeira posição no Nordeste e a quarta a nível nacional em número de estabelecimentos (112.154) que fez tal uso. Ao mesmo tempo, a autora Rigotto (*et all*, 2010) aprofunda o debate do que tem representado o agronegócio através dos agrotóxicos para o campo brasileiro, tornando o espaço agrário como receptor de movimentos de êxodo rural, fazendo que as cidades periféricas aos grandes pólos de produção se tornem “ingovernáveis”.

Esta rede com qual dialogamos é formada de forma mais plural, diferentemente da rede política das Empresas que imperam na região. É a união de ideais e forças, congregadas em ações que descrevem a luta e história diante do Baixo Jaguaribe. Temos em síntese uma diferença central entre as duas redes: apesar de lutarem por poder e visibilidade no mesmo espaço geográfico, se utilizam de diferentes arranjos para almeja o direito a terra e a vida; nisso está a

lógica capitalista empresarial das Empresas, e deste fundamento a razão de ser e das alianças desta rede de resistência.

Basicamente, a rede política territorial contra hegemônica que se consolida na região é formada pelos atores: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos (FAFIDAM/Universidade Estadual do Ceará), Núcleo TRMAS (Universidade Federal do Ceará), Cáritas Diocesana (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), comunidade do Tomé e MST.

Ao participar desta rede, a Universidade também aparece representada como na rede vista junto as Empresas. A diferença que frisamos é que a qualidade desse ator é fundamentalmente diferente, exerce um atributo de poder que possibilita o choque de entendimentos, como a luta pela terra e pelo uso equitativo dos recursos públicos, diga-se de passagem, o interesse comum entre os atores desta rede.

Na FAFIDAM, constantes estudos são desenvolvidos com o intuito de compreender melhor as modificações e re-arranjos espaciais da região, através dos laboratórios e pesquisas diretas de professores e estudantes.

Movidos pelas questões da terra, a comunidade do Tomé teve um representante emblemático, que mobilizou estes e outros atores na rede: José Maria Filho. Líder comunitário engajado na denuncia dos efeitos espaciais do avanço do agronegócio na Chapada do Apodi, foi assassinado em abril de 2010, transformado e motivando outros atores que, além dos interesses por conta das questões da terra, foram levados a busca de respostas para sua morte.

Uma das causas que mais propiciou alianças dentre esta rede foi a utilização de agrotóxicos na produção do agronegócio de frutas. Vários casos foram levados a mídia, que além da contaminação dos canais de irrigação do Perímetro Irrigado, atuavam maciçamente na saúde dos agricultores da chapada através da pulverização aérea. Alianças foram feitas como Núcleo Tramas<sup>8</sup>, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, na realização de estudo ligados a saúde pública. Segundo Rigotto (2010), o uso dos agrotóxicos na região é motivado basicamente por três fatores: modernização agrícola conservadora, reestruturação produtiva do campo e a divisão internacional da produção e do trabalho.

-----  
8 Outros estudos foram desenvolvidos pelo núcleo que detectou diferentes tipos e níveis de câncer provenientes do uso de agrotóxicos, além dos estudos realizados por esta rede junto a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos e Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.

## DO ESPACIAL AO MATERIAL: JOGO ENTRE REDES EM CONTENSÃO TERRITORIAL

Tais dados empíricos, ajudam na concretude de reflexos do agronegócio da fruticultura irrigada no Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi. Terra de extensão metabólica, os agricultores são “barrados” por políticas públicas e disparidades “técnica-capitais” no manejo de áreas do Perímetro. É um processo de contensão territorial, que para o autor Haesbaert, reflete uma dinâmica repleta de

“(…) estratégias que, num mundo tomado de aglomerados humanos extremamente precarizados, envolvem não mais a possibilidade (e a utilidade) da reclusão em espaços relativamente fechados, mas a retenção/contenção (provisória, instável e sempre parcial) em “campos” (AGAMBEN, 2002; HAESBAERT, 2007 e 2008), territorialidades-limbo onde mal distinguimos o dentro e o fora, o limite/ fronteira (entre o) legítimo e o ilegítimo” (2009:96).

O nosso objetivo neste cruzamento com Haesbaert é perceber a natureza que alguns atores envolvidos nas redes políticas do Baixo Jaguaribe que se encontram retidos – não físico-materialmente, mas socioespaciais diante do avanço do agronegócio – em suas limitações oriundas de várias escalas, ou seja, “glocalização” (THRIFT, 1996 *apud* HAESBAERT, 2010).

Para a compreensão da proposição acima, algumas das múltiplas razões explodem os movimentos no território – como os de contensão ou confinamento territorial – são as relação de poder no/e pelo espaço, tanto das relações de poder entre objeto/sociedade/espaço (LATOUR, 1989; FOUCAULT, 1979), quanto das territorialidades (HAESBAERT, 2004). Gonçalves em seus textos de reflexão epistêmica em Geografia, com contribuição a partir de Foucault, revela a mola propulsora:

“(…) a relação íntima entre espaço e poder (...). E aqui toda a questão do poder se revela na medida que as *delimitações, os recortes de objetos, as classificações, as organizações de domínios* sendo procedimentos de poder afirmam o poder ainda mais quando ‘a descrição espacializante dos fatos discursivos [que nos proporcionaria] análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados’ (...)” (PORTO GONÇALVES, 2002:228) (grifos nosso).

Neste caso de estudo aqui intercalado, alcançamos este nível de análise ao observarmos, conforme a foto que seguem, a delimitação espacial das relações de poder no Perímetro Irrigado, gerando contensão e “desempoderamento territorial”<sup>9</sup> dos agricultores ali existentes.



Foto: contensão territorial às margens dos canais de irrigação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apod CE.

Fonte: Uol notícias, de 13 de fevereiro de 2011.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/13/sem-alternativa-comunidade-usa-agua-contaminada-por-agrotoxicos-no-interior-do-ceara.jhtm><http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/13/sem-alternativa-comunidade-usa-agua-contaminada-por-agrotoxicos-no-interior-do-ceara.jhtm>

A delimitação espacial do Perímetro Irrigado (Figura 1) demonstra a contenção de algumas comunidades de agricultores familiares, como Tomé, Agico Grosso, Maracava e Ipú. Historicamente, estas comunidades desenvolvem atividades dentro do território marcado com os traços do perímetro, detendo um “nincho” de mercado e rede de cooperação que subsidiasse tal atividade. Como vimos, a chegada do Perímetro marcou outro momento na realidade destes agricultores: um desempoderamento territorial que se desenvolve de forma progressiva.

Aqui temos a arena política de redes em tensão, em que a rede do agronegócio e das Empresas tenta de formas simbólicas e materiais confinar a rede de resistência da comunidade do Tomé, demonstrando outro aspecto e qualidade das redes: onde há poder, há resistência (SILVA e SANTOS, *op. cit.*), e por se expressar territorialmente, “gargalos” como este expresso na foto demonstra essa espacialidade conflitante.

9 Esta denominação é decorrente dos debates de Norman Long na obra *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor* (2007), se referindo às mudanças enfrentadas pelos agricultores, bem como no processo de perda da capacidade de gestão dos recursos para produção diante do agronegócio.

## **(RE)ARRANJO ESPACIAL DO PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE APODI: CAMINHOS E LUTAS PARA O (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Os arranjos espaciais das duas redes em tensão demonstram como fixamente as Empresas tem se estabelecido na área do Perímetro e como as comunidades tem se confinado a espaços cada vez mais reduzidos, mas ao mesmo tempo se significando em outras esferas.

Com toda a base tecnológica, as Empresas têm apreendido uma maior capacidade de utilização do espaço em conflito, objetivando uma rentabilidade de sua produção. Para isso, tem dominado as portas dos mercados internacionais e propicia aos agricultores - ainda resistentes - financiamento de sua produção de frutas, desde que em troca e aliança, tenha exclusividade na compra dos produtos e fornecimento de sementes. Este ato é cada vez mais comum nos modelos dos Complexos Agroindustriais (CAIS), em que detêm toda uma hegemonia financeira e de mercado, “fixando” o espaço a uma racionalidade rentável.

Este novo arranjo também tem desencadeado outros movimentos. Em entrevista (COSTA, 2010), um dos dirigentes da Empresa Frutacor nos informou que é realizado um tipo de “responsabilidade social empresarial”, empregando apenas em suas fazendas trabalhadores da região, afastando trabalhadores migrantes de outras áreas e regiões do país. Apesar de tal fato, a Empresa não garante aos trabalhadores condições dignas de trabalho, como vimos anteriormente, revelando que na política empresarial o objetivo do baixo custo na produção e alta produtividade é marca fundamental. Por conseguinte, este modelo só revela mais um conflito que o processo de utilização da mão de obra sofre diante das constates modificações tecnológicas, trazendo profundas marcas sócio-culturais, com reflexos na geografia do trabalho (OLIVEIRA, 2007) do Baixo Jaguaribe.

Em meados de 2008, a multinacional *Del Monte Fresh Produce* foi campo de uma greve de trabalhadores, lutando por melhores condições de trabalho e salários. Neste episódio, a Empresa também foi exposta por uso indiscriminado de agrotóxicos. Este evento foi mais uma das estratégias da rede de resistência na região, agregando outros atores, como o Ministério Público, junto às questões ambientais e sociais.

Recentemente tivemos a ação do “Movimento 21”, que são atos, audiências públicas e mobilizações todo dia de cada mês, lembrando a data da morte do José Maria Filho (21 de abril de 2010). As ações são desde panfletagem em

bairros periféricos das cidades cortadas pelo Perímetro (como Quixeré, Nova Russas e Limoeiro do Norte) com objetivo de conscientização e avançar na luta por terra, justiça ambiental e social.

Assim, percebe-se então outra espacialidade dos movimentos da rede contra-hegemônica, que não possui fixidez, mas de forma difusa, consegue expor uma espacialidade em questão (MOREIRA, 2008), re-significada com as lutas e os avanços do agronegócio na região.

As redes políticas territoriais do Baixo Jaguaribe cearense demonstram sinais dos constantes problemas socioambientais da região e domínio econômico do agronegócio, que também em redes, os diversos atores configuram forças, movimentos e alianças contra domínio hegemônico do espaço agrário. A mobilização configura um “deslocamento” político e ideológico do modelo agro-exportador (CRUZ, 2011) vigente. Daí o caminho de reflexão e questionamento sobre qual ordenamento territorial e desenvolvimento queremos: aquele que referenda as tensões ou que propõe política pública para o Baixo Jaguaribe? As redes políticas tem se estabelecido – mesmo com participação da esfera pública, como as universidades e estâncias legais políticas, mas pouco se alcança em nível propositivo para o semiárido nacional.

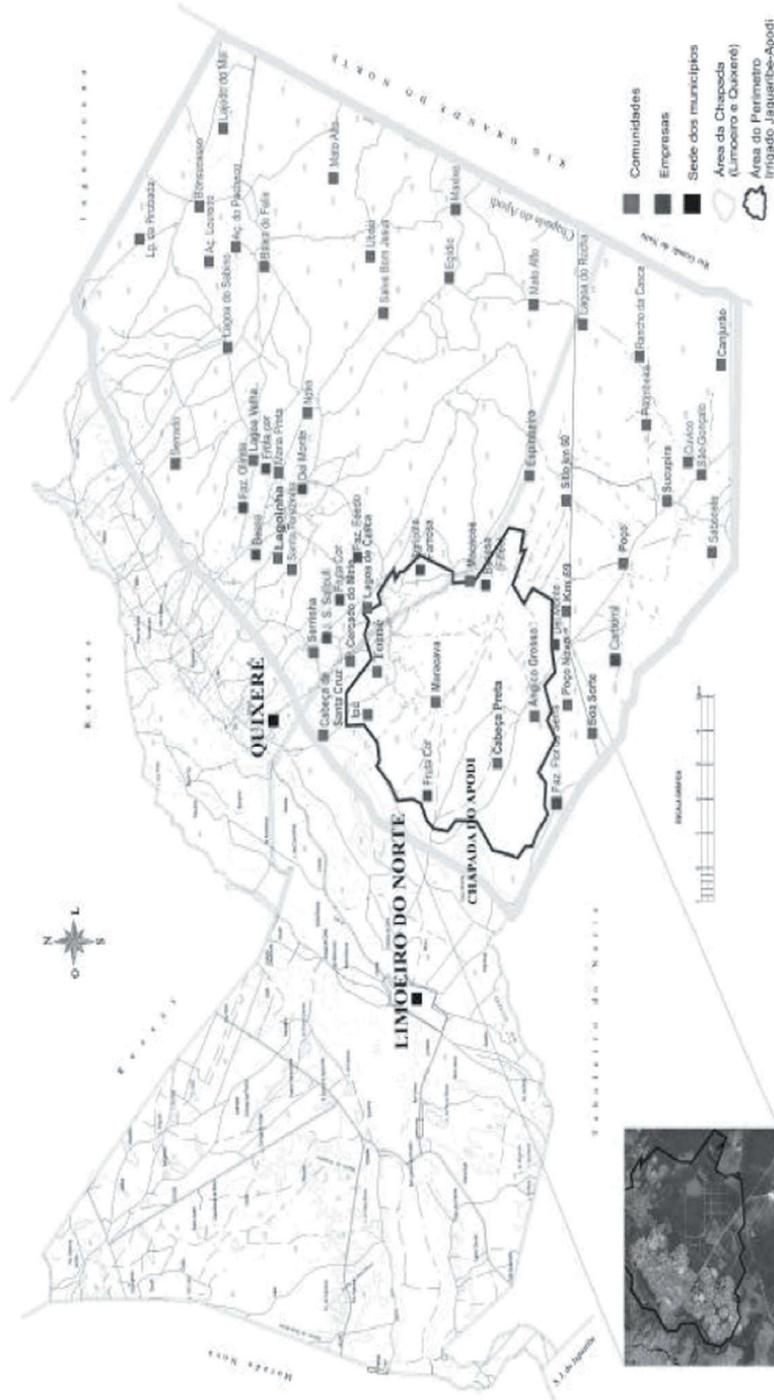


Figura 1: Delimitação espacial das comunidades de agricultores familiares e empresas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, CE

Fonte:

FREITAS,

2010.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Editora Cortêz, 2007.

BRUNHES, Jan. Geografia Humana. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

COSTA, Saulo Barros da. A interação entre instituições científico-tecnológicas e empresas no estado do Ceará – uma abordagem a partir do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Recife: XVI Congresso de Iniciação Científica da UFPE, Editora Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. “Manchas de interação” entre universidades e empresas em P&D e sua perspectiva histórica no estado do Ceará. Recife: XVII Congresso de Iniciação Científica da UFPE, Editora Universitária, 2009a.

\_\_\_\_\_. A interação entre Instituições Científico-tecnológicas e Empresas no Estado do Ceará – um olhar geográfico a partir do Diretório de Grupos de Pesquisa do Cnpq. Recife: Departamento de Ciências Geográficas, 2009b.

CRUZ, Valter do Carmo. Lutas sociais, configurações identitárias e estratégias de reapropriação do território na Amazônia. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2011 (tese de doutorado em geografia).

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face atual da reestruturação socioespacial do Ceará. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, 2010 (dissertação de mestrado em geografia).

GRAMSCI, A. O rissorgimento, notas sobre a Itália. In: \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: MI, 2003.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

\_\_\_\_\_. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LATOUR, Bruno. Nós Jamais Fomos Modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1989.

\_\_\_\_\_. Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory. Oxford / New York: Oxford University Press, 2007.

LIMA, Luiz Cruz. A implantação dos sistemas técnicos morenos no Ceará: realidade sócio-ambiental e qualidade de vida - a região do Baixo Jaguaribe. Fortaleza: Gráfica LCR Ltda, 2001.

LIMA, Ivaldo Gonçalves. Redes Políticas e Recomposição do território. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2005 (tese de doutoramento).

\_\_\_\_\_. A complexidade das redes políticas. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da; NASCIMENTO, Luciano Bonfim do. (orgs.). Redes Políticas do Agronegócio da Soja: interesse, estratégia e resistências. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

LONG, Norman. Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

Ministério da Integração Nacional. Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro. Brasília: Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional/Governo Federal, 2005.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo. e NASCIMENTO, E. (orgs) O pensar complexo. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NASCIMENTO, Luciano Bonfim do. A rede política/de interesse dos complexos agroindustriais: um ensaio teórico conceitual. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da; NASCIMENTO, Luciano Bonfim do. (orgs.). Redes

Políticas do Agronegócio da Soja: interesse, estratégia e resistências. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital. São Cristovão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2007, 222p. (mestrado em Geografia).

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002. RAMOS FILHO, Edarme da Silva. Território de resistência quilombola na rota do agronegócio: Sapê do Norte (Espírito Santo). In: Caderno de anais do XVI ENG. Porto Alegre: ANAIS XVI ENG, 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria. Impactos dos agrotóxicos na Chapada do Apodi. Fortaleza: MST NE. Disponível em <http://www.mst.org.br/book/export/html/10642>. Acesso em 04/10/2010.

RIGOTTO, Raquel Maria; Marinho, AMCP; Ellery, AEL; SAMPAIO, J. L. F.; TUPINAMBA, S. V. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHMITT, Cláudia Job. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001 (tese de doutorado em sociologia).

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Redes políticas no agronegócio da soja na Amazônia. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da; NASCIMENTO, Luciano Bonfim do. (orgs.). Redes Políticas do Agronegócio da Soja: interesse, estratégia e resistências. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Artur Pereira. Em direção à noção de Rede Política Territorial. Rio de Janeiro: no prelo, 2011.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2006, 298 p. (tese de doutorado em desenvolvimento sustentável).

SOUSA SANTOS, Boaventura. Um Discurso sobre as Ciências. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

\_\_\_\_\_. Do pós moderno ao pós colonial: e para além de um e de outro. Disponível em [http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf), 2004.

TAYLOR, P. Geografia Política – economía - mundo, Estado Nación y localidad. Madrid: Trama Editorial, 1994.